

Carta dos Povos Indígenas do Cerrado e da Caatinga – Desafios para a Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas

Os biomas Cerrado e Caatinga, riquíssimos em biodiversidade e provedores de importantes serviços ambientais, encontram-se há séculos ameaçados por vários ciclos econômicos e atualmente sofre com o avanço do agronegócio e de grandes projetos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, apresentam alta vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima, que ameaçam tanto os ecossistemas como o bem-estar de suas populações.

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul. Representa um quarto do território brasileiro e compreende uma área de aproximadamente 2.000.000 km², abrangendo 12 estados. Além disso, está presente através de enclaves nos biomas da Mata Atlântica, Caatinga e Amazônia. Embora detenha 5% de toda a biodiversidade mundial, nas últimas cinco décadas 48% de sua cobertura nativa já foi convertida em monoculturas. As 109 Terras Indígenas que estão no Cerrado correspondem a uma área de 8.876.227 ha, isto é, 4,35% do bioma, além de outras áreas em reivindicação e regularização. Elas são as áreas mais preservadas e têm um papel fundamental para a conservação ambiental do Cerrado. Em um cenário de transformações sociais e de pressões externas, a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas no Cerrado é uma agenda estratégica para os povos indígenas e para o país.

A Caatinga é o bioma predominante na região nordeste, ocupa 844.453 Km² e é o único bioma exclusivamente brasileiro. Entre os biomas de clima semiárido do mundo, é o mais biodiverso, com uma grande riqueza de ambientes de flora e fauna que caracterizam a paisagem de 10 estados do Brasil. 45 povos habitam hoje a Caatinga, com uma população em torno de 90 mil habitantes. São 36 Terras indígenas em diferentes situações fundiárias, numa área total 139.086 ha. Elas têm em comum a característica de serem áreas reduzidas e sofrerem intensas pressões de projetos de mineração, agropecuária, hidroelétricas, usina nuclear, parques eólicos, linhas de transmissão de energia, rodovias, ferrovias, entre outros, que geram degradação sociocultural e socioambiental.

Os territórios indígenas cumprem papel central na conservação do Cerrado e da Caatinga e conectam diferentes biomas do país. Prestam importantes serviços ambientais como a manutenção de recursos hídricos, contenção do desmatamento e redução das emissões de carbono na atmosfera. Além de serem as áreas protegidas mais bem conservadas nesses biomas, os povos desses territórios são detentores de conhecimentos e práticas tradicionais de manejo, recuperação e conservação dessa biodiversidade.

Diante desse cenário, a Funai, em parceria com o PNUD, lançou em 2014 a Chamada Pública Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Edital nº 001/2014 – BRA PNGATI 13/019). A ação visou apoiar a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTAs nas Terras Indígenas dos biomas Cerrado e Caatinga e selecionou catorze projetos, que contemplaram vinte e uma Terras Indígenas dos povos Terena, Karajá, Xavante, Bakairi, Caxixó, Tapeba, Kapinawá, Xakriabá, Tremembé, Tapuio, Xerente, Pankararu, Kambiwá, Guajajara. Esses projetos abrangeram 785.152 hectares no Cerrado e 65.621 hectares na Caatinga, alcançando aproximadamente 39 mil pessoas nesses dois biomas.

Considerando ainda esse contexto, com base no resultado da Chamada de Apoio a Elaboração e Implementação de PGTAs do Fundo Amazônia, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA constatou a necessidade de elaborar um edital específico para o estado do

Maranhão. Em 2016, com recurso do BRA 08/012 do MMA, a SEDR lançou edital Chamada Pública de Apoio a PGTAs no Estado do Maranhão. Para essa chamada, foram selecionados cinco projetos nas Terras Indígenas Caru, Governador, Canela, Porquinhos e Turiaçu.

Os instrumentos de gestão resultantes desses projetos sistematizaram um conjunto importante de informações sobre os contextos socioambientais vividos por esses povos e identificaram potencialidades, ameaças, indicando ações relacionadas aos temas abaixo:

1. Arranjos de implementação (Financiamento e governança)

- Garantir a criação de um fundo para implementação da PNGATI a fim de viabilizar a execução dos PGTAs já elaborados e apoiar a elaboração de novos PGTAs, priorizando o Cerrado e a Caatinga e incluindo a Mata Atlântica, Pantanal e os Pampas.
- Diversificar os financiamentos para outros ecossistemas e paisagens além da Amazonia.
- Criar modalidades de formentos e apoios que possibilitem o acesso direto das associações indígenas e promover formações em gestão de projetos.
- Incidir politicamente para acessar recursos que já estão disponíveis, como o ICMS Ecológico e outros, para promoção da gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas nos respectivos biomas.
- Garantir que orçamentos anuais já existentes (LOAs, PPA, PII etc) contemplem a execução de projetos.

1. Proteção e vigilância territorial

- Criar e fortalecer a formação dos indígenas agentes ambientais, valorizando as práticas tradicionais de gestão, e garantir a aquisição de equipamentos (drones, imagens de satélite, sistema de comunicação etc) e estrutura física de apoio e insumos para ações de vigilância.
- Buscar mecanismos de proteção para impedir ou dificultar o acesso de facções criminosas dentro das Terras Indígenas.
- Fortalecer e tornar permanente as brigadas indígenas.

2. Recuperação e proteção das nascentes (Recursos hídricos e acesso à água)

- Promover formação técnica e política em gestão das águas a fim de aumentar a inserção indígena nos comitês de bacias hidrográficas e incidência nas mobilizações indígenas.
- Fortalecer e implementar a disseminação de tecnologias sociais para captação e usos da água em quintais produtivos.
- Revitalizar nascentes, matas ciliares e bacias hidrográficas e valorização, além de valorização e registro das formas tradicionais de manejo de nascentes.
- Promover redes de sementes e mudas de espécies nativas e agroflorestais para recuperação ambiental.
- Usos de práticas agrícolas tradicionais e outras práticas que favoreçam a permanência de água nos territórios
- Repensar o manejo integrado de fogo dialogando com práticas tradicionais.

3. Produção sustentável e segurança alimentar

- Valorizar produtos da sociobiodiversidade.
- Fortalecer o produto indígena por meio de selos identificadores.
- Promover autonomia e segurança alimentar através de sementes próprias, tradicionais, apropriadas.
- Promover intercâmbios sobre técnicas produtivas adaptadas às mudanças do clima e áreas degradadas associadas a planos de mitigação e convivência com o semiárido e cerrado.
- Fortalecer os sistemas produtivos tradicionais para garantir a autonomia alimentar.
- Incentivar a implantação de sistemas agroecológicos e quintais produtivos.
- Assistência técnica contextualizada (ATER, VIGISUS, Carteira Indígena etc).

4. Educação - formação para gestão territorial e ambiental

- Incluir e intensificar a temática da GTA nos Plano Político Pedagógico nas escolas indígenas.
- Fortalecer e ampliar parcerias com institutos e universidades federais para a formação técnica em gestão territorial e ambiental.
- Dar continuidade e implementar os PGTAs nas escolas e nas aldeias por meio de oficinas que contribuam para elaboração de instrumentos de gestão.

5. Cultura – valorização do patrimônio cultural material e imaterial

- Promover a capacitação para manutenção e conservação dos sítios arqueológicos e locais sagrados, instrumentalizando o conhecimento sobre esses lugares e para luta pela terra.
- Promover a proteção das referências simbólicas ambientais do território e o enriquecimento de espécies nativas importantes para os rituais.
- Valorizar as línguas indígenas como patrimônio imaterial, reconhecendo os nomes dos lugares sagrados nas línguas.
- Obter o reconhecimento de espécies nativas da fauna e da flora como patrimônio cultural do Cerrado e da Caatinga.
- Intercâmbio entre povos indígenas para fortalecimento da cultura.
- Ampliar e qualificar a discussão de propriedade intelectual dos povos indígenas a partir do Eixo VI da PNGATI.

6. Regularização fundiária

- Reconhecer o PGTA como forma de assegurar as demarcações
- Cobrar agilidade nos processos de regularização fundiária, ampliação, demarcação no âmbito do Cerrado e da Caatinga.
- Apoiar a elaboração e execução de PGTAs em territórios não regularizados.
- Fortalecimento da Funai e das alianças e parcerias com o MPF e governos estaduais.

7. Impactos dos grandes empreendimentos

- Criar instrumentos independentes de formação política e jurídica para os povos indígenas sobre licenciamento ambiental.
- Dar mais visibilidade aos impactos culturais no EIA-RIMA.
- Fortalecer as consultas públicas respeitando o artigo 6 da convenção 169.
- Apoiar a elaboração de protocolos de consulta de acordo com cada povo indígena.

- Legitimar consultas que sejam feitas respeitando o tempo e de acordo com a forma de organização de cada povo, e que garantam plena participação das populações impactadas.
- Trabalhar a dimensão da qualidade de vida e do bem viver nos processos de licenciamento.

8. Saúde e meio ambiente

- Fortalecer a medicina tradicional.
- Conscientizar sobre uso de agrotóxico e estimular produção agroecológica.
- Fortalecer e reconhecer o trabalho das parteiras tradicionais e seus conhecimentos e uso de ervas medicinais.
- Garantir que os estabelecimentos de saúde de média e alta complexidade prestem atendimento aos indígenas respeitando o modo de ser de cada povo indígena.
- Usar o PGTA como instrumento de diálogo para fortalecer a parceria com a SESAI e assegurar a autonomia dos povos indígenas no controle social, na gestão participativa e no bem viver das comunidades.

Nós, povos indígenas da Caatinga e do Cerrado, reunidos no Seminário Desafios Gestão Ambiental e Territorial no Cerrado e Caatinga em Brasília entre os dias 25 a 27 de setembro de 2018, julgamos ser fundamental o atendimento das demandas acima elencadas, assim como o apoio das instituições governamentais e não governamentais à continuidade da elaboração de instrumentos de gestão e à implementação desses instrumentos. O apoio e execução dessas iniciativas são de extrema importância tanto para PNGATI, uma vez que a execução significa seu fortalecimento, quanto às comunidades e Terras Indígenas.

Proponentes indígenas e indigenistas

APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

Associação para Desenvolvimento Local Co-Produzido - ADELCO

Conselho Indígena Tremembé do Córrego das Telhas - CITCT

Instituto Etnoambiental e Multicultural Aldeia Verde - IEMAV

Organização Indígena Tronco Velho Pankararu

Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAI

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES

Centro Maranhense de Estudos Sócio-Ambiental e Assessoria Rural - CEMEAAR

Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC - Goiás

Instituto Yukamaniru de apoio às mulheres indígenas Kurá Bakairi

Operação Amazônia Nativa - OPAN

Organização Indígena Aldeia Ktepo Xerente - OIAKX

Associação Indígena Xavante Norotsu'rá - ASIXNOR

Associação Comunitária Indígena da Aldeia Nova - ACIAN-MA

Associação Wyty Cate das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

Associação Comunitária Indígena Wirazu

Conselho dos Índios Tremembé de Queimadas - CITQ

Sociedade Indígena Tremembé Córrego João Pereira - SITCOJOP

Associação Comunitária da Aldeia Malhador Kapinawa

Associação do Pequenos Agricultores Indígenas Kapinawá - APAIK

ETHNOS Socioambiental

Instituto Terena de Educação Intercultural - ITEDI

Conselho do Povo Terena

Instituições participantes do Seminário

Centro de Trabalho Indigenista - CTI

Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN

Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Ministério do Meio Ambiente - MMA